

CARTAGENA

Brasil quer América Latina junta contra os juros

Essa posição será defendida na reunião do Grupo de Cartagena, que começa amanhã em Buenos Aires.

A necessidade de a América Latina reduzir a transferência de recursos para o Exterior será enfatizada pelos representantes do governo brasileiro na reunião técnica do Consenso de Cartagena, que começa amanhã em Buenos Aires. Atualmente, a região, que acumula uma dívida de US\$ 360 bilhões, é obrigada a transferir uma parcela expressiva de sua produção para o estrangeiro, para não se tornar inadimplente.

O Brasil, o maior devedor do mundo, com uma dívida de US\$ 100 bilhões, transfere anualmente entre 5 e 6% do Produto Interno Bruto — soma de bens e serviços produzidos no País — para o Exterior. Significa também que 25% da poupança interna bruta do Brasil está sendo transferida todo ano, para que o País possa honrar os compromissos com os bancos credores.

A reunião técnica do Consenso de Cartagena, que reúne os países devedores da América Latina, tentará na Argentina esboçar o documento que os ministros deverão anunciar nos dias 16 e 17, durante reunião em Montevidéu. Além de defender a redução da transferência real de recursos para o Exterior, os técnicos discutirão o Plano Baker e a formação de um comitê de monitoramento dos países devedores, a exemplo do comitê formado pelos bancos credores.

O Brasil qualifica o Plano Baker de insuficiente e incapaz de fazer face aos proble-

mas da dívida externa latino-americana. Os recursos previstos, ao redor de US\$ 29 bilhões, são pequenos e existe, em contrapartida, a intenção de aumentar o grau de interferência na política econômica interna dos devedores.

O secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Paulo Nogueira Batista Júnior, um dos representantes do Brasil na reunião técnica de Cartagena, informou ontem que o País também defenderá a formação do comitê de monitoramento dos devedores, de caráter permanente, para acompanhar a evolução da economia mundial, especialmente o comportamento das taxas de juros internacionais.

Aliás, apesar da insistência dos EUA em implantar seu Plano Baker, as nações latino-americanas parecem dispostas a buscar soluções radicalmente diferentes. Em Caracas, no final da semana passada, chanceleres e altos funcionários econômicos desses países participaram, de uma reunião do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela) e defenderam uma solução política para o endividamento regional, rechaçando novas medidas de austeridade.

— Existe a sensação generalizada de o Plano Baker não vai bastante longe, e que põe ênfase demais nas pré-condições — disse o secretário permanente do Sela, Sebastian Alegret.

Raul Prebisch, conselheiro econômico do governo argentino, disse aos delegados que o Plano Baker é muito pouco e nada fará pela recuperação econômica, além de só servir para aumentar a dívida.

Os participantes do encontro, além disso, divulgaram uma declaração onde reclamam menores taxas de juros, menos austeridade e um teto para o montante das receitas de exportação destinadas ao pagamento da dívida. A energética retórica do Sela contrasta fortemente com a postura dos ministros envolvidos nas negociações com os banqueiros internacionais. Entretanto, mesmo os principais devedores estão de acordo em que o Plano Baker exige mais sacrifícios da América Latina que dos países ricos.

O chanceler uruguai Enrique Iglesias, que será o anfitrião do encontro do Consenso de Cartagena na próxima semana, disse durante a reunião do Sela que o plano dos EUA poderia ser o primeiro passo para o diálogo político reclamado pelos devedores. Mas, acrescentou, dúvidas persistem:

— O nível de condicionalidade exigido pelos novos empréstimos não foi revelado; o volume de créditos é aparentemente insuficiente; a mecânica de operação não é clara; e não se fala das taxas de juros — completou Iglesias, que já foi presidente da Comissão Econômica da ONU para a América Latina (Cepal).